

MACIÇO DA TIJUCA, SUAS FLORESTAS E O METABOLISMO SOCIAL DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, BRASIL, DO SÉCULO XIX AO INÍCIO DO XX

<https://doi.org/10.4215/rm2026.e25001>

Sales, G.P.S. ^{a*} - Guedes-Bruni, R.R. ^b

(a) Doutor em Geografia

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6489-917X>. **LATTES:** <http://lattes.cnpq.br/6652006690627496>.

(b) Doutor em Ecologia

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9181-6309>. **LATTES:** <http://lattes.cnpq.br/3492080592616023>.

Article history:

Received 30 September, 2025

Accepted 23 December, 2025

Published 10 January, 2026

(*) CORRESPONDING AUTHOR

Address: PUC-Rio. Rua Marquês de São Vicente, 225, Edifício Luiz Cyrillo Fernandes, Sala 503, Gávea, Zip Code: 22451-900, Rio de Janeiro (RJ), Brazil: Phone: (+55 21) 3527-1463

E-mail: gabrielsales@puc-rio.br

Resumo

A paisagem do Rio de Janeiro, marcada por seu singular arranjo geomorfológico e pela diversidade de suas florestas e ecossistemas, reflete o processo histórico de conformação da cidade. Este trabalho objetiva refletir sobre o papel do Maciço da Tijuca e, principalmente, da Floresta da Tijuca, no processo de expansão urbana do Rio de Janeiro nos séculos XIX/XX, identificando os principais fatores que orientaram o uso e a transformação do solo em uma dinâmica natureza-sociedade-cidade que reverbera até hoje. As reflexões deste artigo decorrem de uma abordagem qualitativa, baseada na análise da literatura especializada e em pesquisa documental realizada em arquivos históricos. Este maciço e suas áreas verdes atuaram como vetores estruturantes da cidade, influenciando tanto sua expansão territorial, quanto a formação de práticas culturais e modos de vida que compõem a identidade carioca. A presença de áreas verdes no coração da metrópole transcende o valor do patrimônio natural, revelando dimensões não só biológicas, mas também culturais e históricas que redimensionam sua importância. Assim, a cidade pode ser compreendida como um organismo dinâmico, em constante interação com o ambiente biofísico, no qual as transformações urbanas expressam uma rede de interações sociais, ecológicas e políticas, onde o maciço e suas florestas assumem centralidade como expressão deste metabolismo.

Palavras-chave: Interações Sociedade-Natureza; Metabolismo Urbano; Florestas Urbanas; Geografia Histórica; História Ambiental.

Abstract / Resumen

TIJUCA MASSIF, ITS FORESTS, AND THE SOCIAL METABOLISM OF THE CITY OF RIO DE JANEIRO, BRAZIL, FROM THE NINETEENTH TO THE EARLY TWENTIETH CENTURY

The landscape of Rio de Janeiro, characterized by its unique geomorphology and the diversity of its forests and ecosystems, illustrates the historical processes that shaped the city's formation. This study aims to explore the role of the Tijuca Massif, particularly the Tijuca Forest, in the urban expansion of Rio de Janeiro in the nineteenth and twentieth centuries, identifying the key factors that influenced land use and transformation within the nature-society-city dynamic that continues to resonate today. The insights in this article are based on a qualitative approach, which includes the analysis of specialized literature and documentary research conducted in historical archives. This massif and its green areas functioned as structuring vectors, influencing both the city's territorial expansion and the formation of cultural practices and ways of life that define Rio's identity. The presence of green spaces in the heart of the city goes beyond just being a natural heritage; it also highlights important cultural and historical aspects that redefine their significance. This understanding positions the city as a dynamic organism, constantly interacting with its biophysical environment. Urban transformations reflect a complex web of social, ecological, and political interactions, with the surrounding massif and its forests playing a vital role in this ongoing process.

Keywords: Society-Nature Interactions; Urban Metabolism; Urban Forests; Historical Geography; Environmental History.

MACIZO DE LA TIJUCA, SUS BOSQUES Y EL METABOLISMO SOCIAL DE LA CIUDAD DE RÍO DE JANEIRO, BRASIL, DEL SIGLO XIX A COMIENZOS DEL XX

El paisaje de Río de Janeiro, caracterizado por su singular configuración geomorfológica y por la diversidad de sus bosques y ecosistemas, refleja el proceso histórico de conformación de la ciudad. Este trabajo tiene como objetivo examinar el papel del Macizo de Tijuca – y, en particular, del Bosque de Tijuca – en la expansión urbana de Río de Janeiro durante los siglos XIX y XX, identificando los principales factores que orientaron el uso y la transformación del suelo en una dinámica naturaleza-sociedad-ciudad que continúa resonando hasta el presente. El análisis se basa en un enfoque cualitativo, sustentado en la revisión crítica de la literatura especializada y en la investigación documental realizada en archivos históricos. El Macizo de Tijuca y sus áreas verdes actuaron como vectores estructurantes de la ciudad, influyendo tanto en su expansión territorial como en la conformación de prácticas culturales y modos de vida que constituyen la identidad carioca. La presencia de áreas verdes en el corazón de la metrópoli trasciende el valor del patrimonio natural, revelando dimensiones no solo biológicas, sino también culturales e históricas, que redefinen su importancia. En este sentido, la ciudad puede comprenderse como un organismo dinámico, en constante interacción con el entorno biofísico, en el cual las transformaciones urbanas expresan una red de interacciones sociales, ecológicas y políticas, y en la que el macizo y sus bosques asumen un papel central como expresión de este metabolismo urbano.

Palabras-clave: Interacciones Sociedad-Naturaleza; Metabolismo Urbano; Bosques Urbanos; Geografía Histórica; Historia Ambiental.

INTRODUÇÃO

Desde sua fundação, em 1565, no processo de estabelecimento e expansão da cidade do Rio de Janeiro, foi necessário um contínuo esforço de apropriação, transformação, distribuição, consumo e excreção da natureza (TOLEDO & MOLINA, 2007). Revelou-se, portanto, imprescindível intervir de diferentes maneiras em uma natureza exuberante e heterogênea, que ora despertava encantamento, ora insegurança, marcada por sua multiplicidade de ecossistemas autóctones: áreas alagadiças e brejosas, manguezais e encostas íngremes florestadas, dentre outros (BERNARDES, 1992). A ocupação inicial concentrou-se nas áreas planas próximas ao litoral, enquanto os morros e as florestas representavam verdadeiras barreiras geográficas, por vezes funcionando como limite, em outras como fronteira.

Neste contexto, destaca-se a relevância da Serra da Carioca, um dos principais conjuntos montanhosos do Maciço da Tijuca, localizada em sua porção sul, estendendo-se desde a área central da cidade até a zona sul (Figura 1). É nessa serra que nasce o Rio Carioca, principal curso d'água utilizado para o abastecimento da cidade, no início do século XIX. Sua geomorfologia influenciou diretamente o estabelecimento e a expansão urbana do Rio de Janeiro, a qual se deu orientada por seus maciços costeiros, e cujas prioridades estratégicas portuguesas eram o domínio e a defesa da Baía de Guanabara, dadas as suas condições naturais favoráveis à instalação de fortes e fortalezas, que a protegesse de ataques de piratas e indígenas, frequentes nos séculos XVI e XVII (BERNARDES & SOARES, 1990; CAVALCANTI, 2004; SEDREZ, 2004; ABREU, 2013). A cidade se instala, então, protegida pela Baía de Guanabara e pelo Maciço da Tijuca (MARENGA & SILVA, 2015), a despeito das inúmeras condições naturais adversas para que fosse erigida.

Cabe acrescentar, ainda, a importância da Serra da Tijuca no período colonial, em razão de suas características topográficas (Figura 1), e cujos morros igualmente serviram como defesa natural contra invasões, como exemplificada pela tentativa de tomada da cidade pelos franceses (CAVALCANTI, 2004).

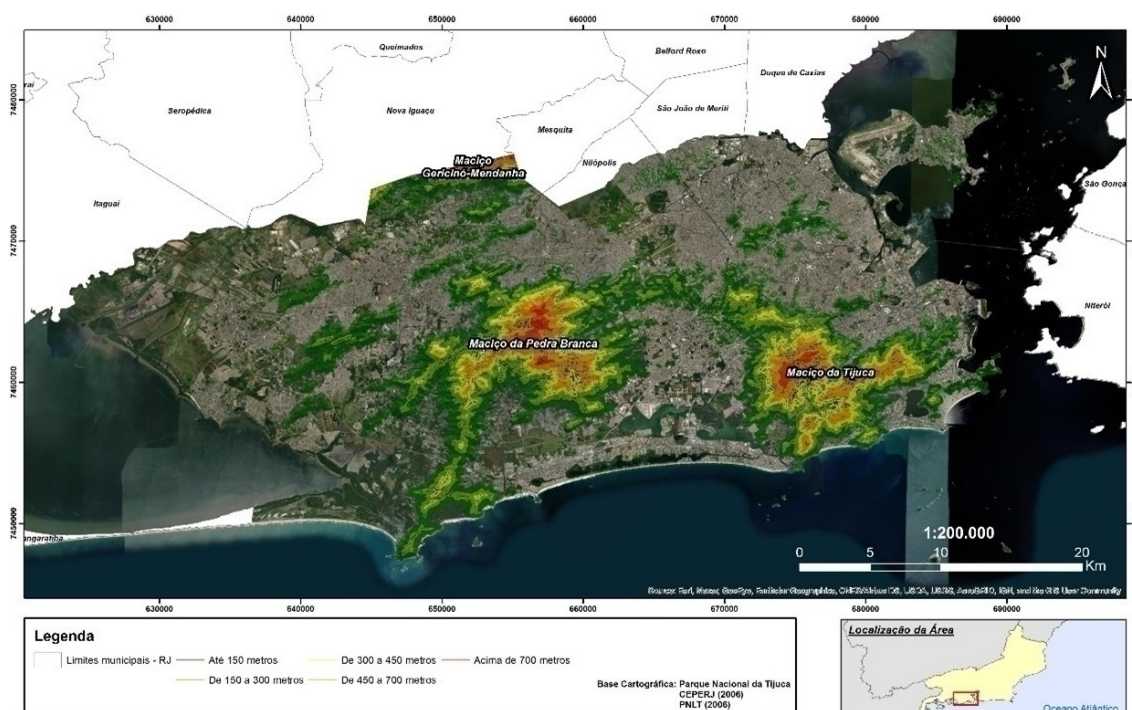


Figura 1 - Mapa da cidade do Rio de Janeiro, com destaque para os conjuntos montanhosos que compõem o Maciço da Tijuca e o Maciço da Pedra Branca.

Desempenhou, também, relevante papel no provimento de recursos naturais, tendo sido explorada para a extração de lenha e madeira, utilizadas na construção da cidade, além de outros insumos. Igualmente suas nascentes e cursos d'água, como o Rio Maracanã e o Rio Comprido, foram

fundamentais para o abastecimento d'água da cidade (ABREU, 2013; CAPILÉ, 2018). As mesmas características topográficas que tornavam a Serra da Tijuca estratégica à fortificação da cidade - com seus aclives e florestas densas -, impuseram dificuldades à expansão urbana para o interior, ainda no século XVI, o que acabou por concentrar a ocupação inicial da população no entorno da Baía de Guanabara (ABREU, 2013).

O crescimento urbano, ao longo dos séculos XVII e XVIII, não alterou substancialmente os traços que originalmente caracterizavam a fisionomia da cidade. Diferentemente, a transformação da paisagem urbana no século XIX ocorreu em decorrência da anexação não apenas de novos sítios, mas também de novas funções, além do surgimento de bairros e subúrbios (BERNARDES & SOARES, 1990). Nesse sentido, a expansão urbana demandou a drenagem de brejos, o desmonte de morros, a canalização e a retificação de rios, a abertura de túneis e o aterramento de extensas áreas - processos que moldaram a paisagem carioca ao longo dos séculos (ABREU, 2013; CAPILÉ, 2019). Cumpre considerar, ainda, a chegada da Família Real e da Corte Portuguesa, em 1808, com cerca de 12 mil membros, fato que acelerou tais transformações ao provocar o aumento populacional, assim como acarretou numa maior demanda por recursos naturais - como água, carvão, lenha e madeira -, pressionando, sobretudo, as florestas do Maciço da Tijuca (CABRAL, 2011; ABREU, 2014).

A descrição que Charles Darwin fez sobre a paisagem do Rio de Janeiro¹, quando aportou à cidade, em 1832, destacava suas paisagens e a imponência do Maciço da Tijuca. Trata-se de uma cadeia montanhosa de 95 km², que atravessa a porção central da cidade de noroeste a sudeste (ABREU, 2014). Tal maciço, recoberto por um conjunto de florestas em diferentes estágios sucessionais, desempenhou papel fundamental na expansão urbana do Rio de Janeiro, desde a sua fundação e, de modo particular, no transcorrer do século XIX, influenciando tanto o modo como se dava a ocupação territorial, quanto a dinâmica socioeconômica da cidade (FRIDMAN, 1999; ABREU, 2014).

A Floresta da Tijuca, localizada no maciço homônimo, é frequentemente reconhecida como uma floresta intocada e/ou fruto de um projeto de reflorestamento destinado a solucionar unicamente uma crise de abastecimento hídrico (Figura 2).



Figura 2 - Vista da Pedra da Gávea, desde a Vista do Almirante no Setor Floresta da Tijuca do Parque Nacional da Tijuca, com destaque para as suas áreas verdes.

Outra interpretação assevera que tal projeto teria sido conduzido apenas pelo Major Manoel Gomes Archer e seis escravizados, na segunda metade do XIX, o que tem se mostrado como parcialmente verdadeiro. Tais narrativas reduzem uma história rica e complexa, que envolve não apenas a recuperação florestal, mas também a transformação do uso do solo e das relações entre natureza, sociedade e cidade, que decorrem a partir deste longo processo (DRUMMOND, 1988; HEYNEMANN, 1995; SALES & GUEDES-BRUNI, 2023).

Embora esse reflorestamento seja associado, precipuamente a garantir o abastecimento d'água para a cidade, tal iniciativa refletiu também uma mudança na percepção que se tinha da natureza, especialmente das florestas, as quais passaram a ser vistas como um recurso a ser administrado, conservado e estrategicamente utilizado de maneira racional (SALES, 2021). Os plantios de árvores reconhecidas como "madeiras-de-lei", criteriosamente selecionadas em razão de seus atributos madeireiros, liderado inicialmente pelo Major Archer e, posteriormente, por outros administradores, contaram com o auxílio de escravizados e trabalhadores que detinham saberes empíricos sobre a floresta. Esse processo representou um marco na história ambiental do Rio de Janeiro e exemplifica como a paisagem foi transformada por distintas intervenções humanas e intencionalidades que, quando observadas em perspectiva histórica, podem assumir significados diametralmente opostos: ora destruindo, ora restaurando.

Constata-se, portanto, que o Maciço da Tijuca, assim como a Floresta da Tijuca, não apenas influenciou a expansão física da cidade, mas moldou igualmente seu estilo de vida e sua identidade cultural. A presença de áreas verdes no coração da metrópole contribuiu para a valorização de um modo de vida bucólico, especialmente entre a elite carioca, que passou a buscar refúgio nas encostas florestadas do maciço, em vez de se expandir para o litoral, à semelhança do que ocorreu em outras cidades costeiras. Tal fato foi influenciado pelo clima ameno das encostas florestadas, bem como pelo desenvolvimento de linhas de bondes e expansão da rede hoteleira, durante o século XIX. Essa relação entre urbanização e natureza é um tema central para a compreensão da história do Rio de Janeiro e de suas paisagens (ABREU, 2013), e se apresenta como tópico relevante em um cenário atual de expansão urbana, muitas vezes desordenada e submetida aos desafios impostos pela emergência climática.

Ao tomar os plantios realizados para o estabelecimento da Floresta da Tijuca, da Floresta das Paineiras, da Floresta do Andaraí Grande e da Floresta de Jacarepaguá - todas, então, consideradas como florestas nacionais e situadas no Maciço da Tijuca, no decorrer da segunda metade dos oitocentos (SALES & GUEDES-BRUNI, 2024), juntamente com a centralidade e espacialidade deste maciço no contexto da cidade do Rio de Janeiro - busca-se analisar, tanto as florestas, quanto o próprio maciço, como marcadores analíticos não só no processo de expansão da cidade, sobretudo no século XIX, como também identificar os principais vetores que nortearam o uso e transformação do solo nesta dinâmica urbana que ecoa até os dias vigentes. Por conseguinte, as reflexões apresentadas neste artigo resultam de uma abordagem essencialmente qualitativa, fundamentada nas análises da literatura sobre o tema e em pesquisas documentais conduzidas em arquivos históricos. A investigação baseou-se na consulta a fontes primárias e secundárias depositadas em instituições como o Arquivo Nacional e a Biblioteca Nacional, entre outros acervos, cujos documentos foram examinados e incorporados de forma articulada às discussões teóricas desenvolvidas no decorrer do texto.

Objetiva-se, portanto: (1) refletir sobre o papel do Maciço da Tijuca e, principalmente, da Floresta da Tijuca no processo de expansão urbana do Rio de Janeiro no século XIX; (2) identificar os vetores socioeconômicos e ambientais que orientaram a transformação do uso do solo deste maciço, no passado e; (3) desvelar como as interações humanas com o maciço influenciaram a dinâmica urbana e as relações entre sociedade e natureza na cidade no decorrer do século XIX e início do XX, tanto quanto essas interações foram reciprocamente influenciadas.

O RURAL E O URBANO NA TESSITURA DE UMA CIDADE EM EXPANSÃO

No início do século XIX, a estrutura administrativa da cidade do Rio de Janeiro era composta por 11 freguesias² (SANTOS et al., 2013), que poderiam ser consideradas como urbanas ou rurais, dependendo de suas características mais marcantes. Tais definições não seguiam bases rígidas ou

padronizadas, resultando de uma combinação de critérios administrativos, demográficos e econômicos, dentre outros. De modo geral, as freguesias urbanas correspondiam às áreas integradas à cidade propriamente dita, enquanto as freguesias rurais localizavam-se fora do perímetro urbano formal. Tal fato não impossibilitava que, com o tempo, sofressem reclassificações, de acordo com características que adquirissem, bem como novas unidades administrativas poderiam ser criadas, se assim fosse definido pelas instituições competentes (ABREU, 2013).

Por sua vez, ao refletir sobre a população residente e a taxa de crescimento demográfico das freguesias da cidade, Abreu (2013) revela que, na parte final do século XIX, existiam 13 freguesias consideradas como urbanas e oito como rurais, com destaque para Campo Grande, Guaratiba, Jacarepaguá e Santa Cruz - todas situadas na porção oeste da cidade do Rio de Janeiro. Depreende-se, portanto, que a zona oeste da cidade se caracterizava, ainda, como um espaço genuinamente rural (NORONHA-SANTOS, 1965; ABREU, 2013). No início do século XX tal cenário permanecia inalterado, como ilustra o título da obra publicada por Armando Magalhães Corrêa, dedicada à zona oeste, o qual se valeu da nomenclatura pela qual era, então, reconhecida: o Sertão Carioca (CÔRREA, 1936). Se no início do século XIX existiam 11 freguesias na cidade do Rio de Janeiro, ao final deste século tal número havia praticamente dobrado (ABREU, 2013).

Ao tomar como objeto de análise a organização espacial da Freguesia de Jacarepaguá, que abrangia parte das florestas do Maciço da Tijuca e, particularmente, a divisão territorial deste maciço no século XIX, percebe-se que, em termos gerais, as mudanças no uso do solo eram uma realidade. Naquele século, especialmente na primeira metade, os proprietários utilizavam majoritariamente suas terras para o cultivo de café e buscavam expandir suas fronteiras por meio da aquisição de novas áreas (ABREU, 2014). Destaca-se, ainda, que as maiores fazendas de café existentes no Brasil, no início dos oitocentos, estavam situadas no Maciço da Tijuca, como atesta o relato sobre Louis François Lecesne, que desembarcou no Brasil com sua família, em 1816, bem como sobre outro destacado cafeicultor daquele momento, Charles Alexander von Mocke:

"Veio para o Brasil com um plano grandioso, o de montar aqui também uma fazenda modelo para a cultura do café que, infelizmente naquele momento, não foi aceito por D. João, o qual, no entretanto, um pouco mais tarde, daria maior apoio aos cafeicultores. Nem assim desanimou e pôs-se à obra, sozinho. Foi o primeiro a plantar mais de 50.000 pés de café, logo seguido por seu vizinho Charles Alexander von Moke, com 40.000 pés de café, como prova o testemunho de viajantes ilustres, em especial os de Spix e Martius, Langsdorff e de Hippolyte Taunay, como foi igualmente o primeiro a ajudar e instruir aos que o procuravam para se informar dos métodos mais adiantados de fazê-lo" (FERREZ, 1972, p. 32).

Como as fronteiras³ nem sempre estavam claramente definidas, elementos naturais como morros e rios, por exemplo, exerciam papel fundamental como delimitadores espaciais. Os mapas, quando disponíveis, também desempenhavam uma função essencial no ordenamento territorial do maciço e da cidade (SALES, 2021). Nessa perspectiva, locais denominados por "Cascata Grande", "Gávea", "Gávea da Tijuca", "Itanhangá" e, principalmente, "Tijuca" constituíam áreas que designariam a "Floresta da Tijuca" e/ou lhes eram adjacentes, no passado. Além disso, é imperioso reconhecer, a partir de seus habitantes, as possíveis interações que poderiam se dar no âmbito das tensões sociais, manifestadas a partir das atividades produtivas e uso dos recursos florestais e hídricos. É possível observar a partir do Almanak Laemmert que, em 1851, existiriam, pelo menos 20 lavradores para a localidade denominada "Tijuca"⁴, dentre os quais três famílias de grande relevância à economia cafeeira, à época: Guilherme Midosi, Luiz Guilherme Lecesne e a Viúva Isabel Mok.

O reconhecimento dos topônimos e antropônimos, ou seja, dos nomes dos antigos proprietários, das propriedades e de elementos da natureza, permite desvelar, mesmo que parcialmente, o arranjo espacial e a dinâmica territorial que englobavam a área que foi sendo constituída como o da "Floresta da Tijuca" e suas áreas circunvizinhas. No que se refere apenas às propriedades adquiridas na área chamada "Tijuca", em 1855, por exemplo, foram obtidas as terras de dez proprietários para que os plantios pudessem ser realizados, de acordo com Couto Ferraz, importante personagem da alta governança do Segundo Reinado (BRASIL, 1855; BEDIAGA, 2017). No que se refere às terras da área designada "Paineiras", área onde foram realizados os plantios da "Floresta das Paineiras" (Figura 3), destaca-se a propriedade de Agostinho José Ignacio da Costa Figueiredo e herdeiros de Silvestre Pires Chaves

(BRASIL, 1855). Com esses dados, é possível fazer uma aproximação sobre onde se localizavam alguns dos terrenos adquiridos pelo Governo Imperial, principalmente na década de 1850, para que os plantios de árvores de "madeiras-de-lei", ou seja, das florestas nacionais fossem empreendidos, reconfigurando a cartografia local.



Figura 3 - Vista do Morro do Corcovado, com destaque para o Cristo Redentor e suas áreas verdes circunvizinhas.

Além de elencar os fazendeiros e os principais lavradores de cada freguesia, o Almanak Laemmert, em sua publicação de 1860, apresentou uma nova terminologia: "Fazendeiros de café". Neste item, para a localidade chamada "Tijuca", destacam-se: Luiz Guilherme Shesses (onde depreende-se tratar de "Lecesne") e Miguel José Gomes da Rocha, bem como uma série de lavradores para esta freguesia, que não constava nos anos anteriores. Até o final do século XIX, são identificados fazendeiros e lavradores para a localidade "Tijuca", contudo, no decorrer dos anos, estes foram, gradativamente, diminuindo, até restarem apenas como fazendeiros: Antonio Serpa Pinto Junior; como fazendeiros de café: "Viúva de Miguel José Gomes da Rocha"; e, por fim, como lavradores: Joaquim Firmino de Menezes Campos .

A existência de fazendas e propriedades cafeicultoras, assim como de outras culturas, na segunda metade dos oitocentos, foi uma realidade no Maciço da Tijuca, mesmo com o início, em 1862, do plantio da Floresta da Tijuca, o qual perdurou por mais de três décadas, bem como os trabalhos

realizados para o estabelecimento das outras florestas nacionais. Depreende-se, portanto, que ao mesmo tempo em que nas áreas degradadas novas florestas eram plantadas e/ou surgiam por regeneração natural, fruto da dinâmica florestal, algumas outras áreas eram, ainda, utilizadas para a cultura cafeeira. Isso reforça a ideia sobre os diferentes e simultâneos usos, bem como os possíveis conflitos decorrentes que se deram no Maciço da Tijuca, durante o século XIX e início do XX.

À medida em que o processo de desapropriações se dava, uma expressiva mudança assíncrona de funcionalidade nas terras do maciço ocorria. As áreas produtivas da cafeicultura cediam lugar, não só às áreas dos plantios - previstos no grande projeto de reflorestamento, conduzido inicialmente, no caso da Floresta da Tijuca, pelo Major Archer - mas, igualmente, ao surgimento de áreas de regeneração natural. As diferentes fitofisionomias regenerantes, acabavam por desvelar também as distintas fases do processo sucessional da floresta, como parte natural da dinâmica florestal.

Mas, sob tal processo natural de regeneração, a agência humana, subliminarmente, tomava parte, fossem: pela forma de manejo empregada nas lavouras; pelo tamanho da área de floresta eventualmente poupada do corte, em cada propriedade; por ocasionalmente terem sido poupados do corte indivíduos de determinadas espécies por questões culturais e/ou relacionadas à lógica do trabalho; pela vertente selecionada para o cultivo; pelo tempo de produção agrícola da propriedade ou, até mesmo, pelo tempo transcorrido nas negociações, entre as partes, na aquisição das terras pelo Império - em tudo isso a ação humana, ou a não ação, se constituía como parte fundamental do processo (CABRAL, 2011; ABREU, 2014; SALES et al., 2024).

Assim, à fisionomia verdejante dos campos de cultivo do café, ordenados simetricamente, ressurgia uma paisagem florestada débil, promessa tênue de um futuro que trouxesse de volta a água e a imagética, exultada pelos primeiros que aportaram na cidade, com sua mata densa, sempre verde, encerrando rica flora e fauna, tanto quanto aventura: uma floresta que funcionasse como uma iluminura urbana.

O modo como ocorreu a expansão do espaço urbano carioca e sua organização administrativa nos oitocentos, as inúmeras disputas territoriais que ocorriam nas freguesias, especialmente na Freguesia de Jacarepaguá, as transformações dos limites das antigas propriedades e do uso do solo do Maciço da Tijuca, permitem e estimulam o debate ambiental, histórico e geográfico.

Cabe destacar que, a partir de 1850, o anseio por superar a fase colonial e integrar-se aos paradigmas que norteavam as nações europeias acabou por dar início a mudanças urbanas no Brasil Império, cuja cidade do Rio de Janeiro já se configurava como a "cabeça do Brasil", desde a instalação da Corte Portuguesa no Rio de Janeiro (MATTOS, 2005).

Analisar o Maciço da Tijuca com suas florestas plantadas, áreas verdes regeneradas e remanescentes florestais, compreendendo-as para além do valor que encerram como patrimônio natural, possibilita redimensionar sua importância em suas grandezas cultural e histórica. O surgimento da Floresta da Tijuca, decorrente do projeto de reflorestamento, propiciou, de certa maneira, uma maior integração entre as freguesias rurais e urbanas e isto, por si só, constitui uma grande novidade.

As freguesias rurais desempenhavam função relevante ao projeto de reflorestamento, como eventuais provedoras de recursos florestais, tais como mudas e sementes - provenientes das cercanias do Maciço da Pedra Branca e de fazendas das localidades de Jacarepaguá e Guaratiba - para abastecer os viveiros e sementeiras, bem como enriquecer os plantios. Tal conexão sistêmica é ilustrada, por exemplo, no relatório dos serviços florestais empreendidos na Floresta da Tijuca, em 1872, quando, ao tratar das "sementeiras", o Major Archer indicou que:

"(...) O empregado especialmente incumbido de adquirir sementes nas matas virgens de Guaratiba e circunvizinhas, as mais ricas e abundantes deste município, forneceu grande cópia de sementes de ariribú, angelim-rosa, bicuíba, canela-batalha, canela-limão, cedro-rosa, garaúna, guarajuba, goiabeira-cascuda, guaretá, guarapiapinha, jacarandá-tan, jequitibá e pau-brasil-branco (...)" (BRASIL, 1872).

Percebe-se, portanto, uma criteriosa seleção de espécies, algumas reconhecidas como "madeiras-de-lei", como é o caso da bicuíba, cedro-rosa, garaúna, guarajuba e pau-brasil-branco, para citar apenas poucos exemplos, prioritariamente produzidas e utilizadas para constituírem as novas florestas plantadas. Dessa maneira, para além de solucionar uma crise de abastecimento hídrico e de

oferecer outros benefícios que as florestas proporcionam para as pessoas, como o conforto térmico, tais florestas deveriam funcionar como um repositório de madeiras-de-lei para uso futuro, num projeto genuinamente silvicultural (SALES et al., 2024).

Outro fato destacável, relacionado ao metabolismo da cidade e às contribuições que a Floresta da Tijuca proporcionava aos outros parques e jardins públicos, é o intercâmbio de mudas e sementes produzidas e obtidas daquela floresta para o ajardinamento dessas áreas. Tal prática pode ser evidenciada nas correspondências entre Francisco José de Freitas e o Major Archer, em 1870, quando o primeiro solicita "(...) 100 cestos com mudas de madeiras-de-lei da[s] que existem nos viveiros" para que fossem transportadas para cidade (BIBLIOTECA NACIONAL, 2012). Ou, em 1873, quando é apontado que deveriam ser fornecidas "ao Dr. Glaziou as mudas e sementes de árvores existentes na Floresta da Tijuca e que forem por ele requisitadas para o ajardinamento do Campo da Aclamação" (...) (BIBLIOTECA NACIONAL, 2012). São exemplos que ilustram o intercâmbio e o fluxo de materiais e saberes entre as florestas do Maciço da Tijuca e do Maciço da Pedra Branca, bem como entre estas e outras áreas da cidade do Rio de Janeiro; entre o rural e o urbano, num metabolismo intenso e diversificado que remodelava a nova face urbana da Corte Imperial.

Os caminhos traçados no Maciço da Tijuca e que conectavam as áreas urbanas às fazendas de café, assim como às freguesias rurais, especialmente na primeira metade dos oitocentos, eram também utilizados nas expedições de naturalistas e viajantes, como Maria Graham, que chegando ao Brasil, em 1821, realizou coletas botânicas, no caminho para a Fazenda Santa Cruz, antiga propriedade dos padres jesuítas, as quais contribuíram para a obra *Flora Brasiliensis*, de Martius, assim como também ilustrou diversificadas paisagens do maciço. Descreveu assim, em 1823, sua visita à Fazenda Santa Cruz em seu diário:

"(...) Hoje vi flores de maracujá de cores que dantes nunca observara: verdes, róseas, escarlates, azuis; ananases selvagens de belo carmesim e púrpura; chá selvagem, ainda mais belo que o elegante arbusto chinês; palmeiras do brejo e inúmeras plantas aquáticas novas para mim (...)" (PEIXOTO & FILGUEIRAS 2008, p. 995).

As áreas rurais que até então eram provedoras, eminentemente, de produtos agrícolas e de pecuária às freguesias urbanas, sobretudo aquelas sob a área de influência da Corte, passaram a dispor de suprimentos cujas fontes se encontravam em sua vegetação nativa. Assim é que, para além da localização espacial das atividades produtivas, se depreende um gradativo processo de reconfiguração urbana, com o concurso da ruralidade na construção de um novo modelo de cidade que emula não só as características bucólicas que constituem o imaginário social, mas também se assemelha ao ideal de parques e jardins europeus que transporta seus habitantes, qual viajantes nos vapores da época, à condição de turistas de suas próprias belezas cênicas.

Esse movimento pode ser interpretado, em termos analíticos e evitando quaisquer interpretações anacrônicas, como uma forma embrionária de exurbanização, visto que espaços formalmente rurais passaram a desempenhar funções simbólicas, recreativas e ambientais articuladas às dinâmicas urbanas, sem que se configure necessariamente numa urbanização plena. Nesse sentido, cabe destacar, ainda, a proposta de Rua et al. (2021), na qual, em uma leitura relacional e processual do espaço, o urbano e o rural são vistos como expressões interdependentes de uma mesma dinâmica socioespacial, sendo a urbanidade um fenômeno difuso que atravessa diferentes territórios. Em síntese, as urbanidades no rural expressam a compreensão do espaço como uma totalidade multiescalar e multidimensional, na qual urbano e rural se entrelaçam de forma assimétrica, dinâmica e híbrida na produção das espacialidades contemporâneas (RUA et al., 2021).

No século XIX, o conceito moderno de urbano passou a incorporar, progressivamente, áreas de jardins e parques nas cidades europeias, promovendo uma maior aproximação com o meio ambiente e estabelecendo novas formas de interação entre civilização e natureza, além de despertar, de certa forma, o fascínio pelas florestas (DUARTE, 2005). Dessa maneira, ao longo dos oitocentos, se observa uma transformação nas interações entre os seres humanos e o ambiente biofísico, ao que decorre um crescente interesse pelo mundo vegetal, com o concurso do avanço científico, que se ampliava no Ocidente e cuja valorização do mundo natural foi a consequência imediata (SALES et al., 2024). Assim é que - a despeito da romantização que se fazia, e ainda se faz, do campo como um espaço puro e

harmonioso, enquanto a cidade assumiria o papel deletério - o que se observa é um fluxo de interdependência contínua, de ordem cultural e política, e cujo dinamismo acaba por influenciar o modo de vida de seus habitantes (SANTOS, 2004; WILLIAMS, 2011). E o que seria esse campo, se não o rural, ou mesmo o sertão de Magalhães Corrêa. Assim como também o sertão, na perspectiva de Antonio Carlos Robert Moraes, quando reflexiona sobre o tema, na escala do Brasil, é compreendido como o lugar a partir do qual se qualifica uma localidade e cuja identificação só se dá pelo seu oposto: o não sertão (MORAES, 2003), ou seja, o lugar que reúne as características de positividade que lhes faltam.

No contexto europeu, o avanço das tecnologias de comunicação e transporte trouxe processos de urbanização do campo, onde características urbanas (como consumo de bens industrializados, uso de máquinas agrícolas e serviços financeiros) se tornam cada vez mais presentes nas áreas rurais (WILLIAMS, 2011). Esse processo não significa uma simples extensão da cidade para o campo, mas sim uma reorganização dos espaços rurais sob a lógica do capitalismo. No caso do Rio de Janeiro, o maciço que até então se constituía como limite entre essas áreas antagônicas/complementares, passa não só a intensificar o fluxo entre ambas, como a ser suplantado em suas barreiras comunicantes, com o advento do sistema viário que se implantava na cidade, entre o final do século XIX e início do século XX.

A ideia de recuperar uma floresta devastada pela cafeicultura, evocando ideais genuínos, e até mesmo nostálgicos, de reconstruir um suposto ambiente puro, íntegro, remete ao mito do "passado dourado" rural (WILLIAMS, 2011). A floresta replantada, embora compreendida como uma natureza restaurada, na verdade se constitui como um espaço construído, em conformidade com os pressupostos urbanos e com interesses governamentais.

UM PARQUE PÚBLICO TROPICAL COM ARES DE EUROPEU NO CORAÇÃO DA CIDADE

A produção do espaço na cidade do Rio de Janeiro, durante o Segundo Império (1840-1889), foi caracterizada por transformações urbanas significativas, decorrentes do crescimento populacional, da modernização da infraestrutura e da consolidação da cidade como centro político e econômico do Brasil (ABREU, 2013). A elevação da cidade à condição de Capital do Império do Brasil acelerou o processo de expansão da área urbana - antes limitada pelos morros do Castelo, São Bento, Santo Antônio e Conceição, em sua porção central. A urbe passou a ocupar, então, áreas da Tijuca, Andaraí e Gávea, onde a parte da população escolheu morar e para o qual contou com benfeitorias que garantiam essas novas localidades com estradas e bondes puxados por equinos, configurando uma estrutura espacial estratificada e que acabou por consolidar bairros residenciais para a elite e as zonas periféricas para as classes populares (FRIDMAN, 1999; SANTOS, 2011; ABREU, 2013).

O aparecimento de parques e jardins em cidades europeias, no início do século XIX, como anteriormente mencionado, além de alinhar-se ao conceito moderno de urbano (DUARTE, 2005), dialogava com a valorização romântica da natureza e inspirava o paisagismo empreendido no embelezamento da cidade, em especial, pela engenhosidade de Glaziou (BRITO, 2015).

A conversão da área de reflorestamento do Maciço da Tijuca, em um "parque urbano" no coração da cidade, contou com o estabelecimento de pontos de especial interesse para visitação, e cuja realização foi confiada a artistas, alinhando-se aos anseios de uma elite imperial, alimentando o imaginário ocidental, incentivando e permitindo outra forma de conceber e vivenciar o espaço público (SALES et al., 2024). Concorriam para esta reconfiguração da paisagem natural sua flora autóctone: rica em sua multiplicidade de hábitos, formas e espécies, além da vigorosa e insubordinada regeneração natural da vegetação. Às formas ordenadas e flébeis, típicas dos parques europeus, sobrepunham-se as muitas espécies vegetais, verdejando nos traçados da urbanidade tropical, a despeito dos anseios da modernidade, ansiosa pela mimese europeia.

Dom Pedro II teve papel destacado na modernização e, consequente, melhoramento urbano da cidade, o que resultou em maior afluência de cidadãos de outras partes do Brasil, assim como de estrangeiros, que nela passariam a habitar (SALES et al., 2024). O primeiro guia sobre o Rio de Janeiro, voltado para indicar "com clareza e precisão as repartições e estabelecimentos mais notáveis desta

cidade" (PERROTTA, 2015, p. 68), assim como o primeiro livro sobre o Rio de Janeiro intitulado "Guia do estrangeiro no Rio de Janeiro e uma notícia histórica sobre os principais monumentos", foram publicados em 1873 (PERROTTA, 2015). Os anúncios nos jornais e panfletos comerciais, divulgando passeios turísticos, referiam-se às paisagens do Maciço da Tijuca com as expressões "Éden Fluminense", "Passeios Pitorescos" e "Pick-nicks Restauradores", dentre outras (PERROTTA, 2015; SALES et al., 2024).

A modernização da cidade, no início do século XX, continuou a alinhar-se ao modelo europeu com a remodelagem da cidade, no governo Pereira Passos, prefeito do Rio de Janeiro entre 1903 e 1906, que atendia aos interesses do Governo Federal, assim como aos da municipalidade. A reforma urbana, promovida pelo Governo Federal no Rio de Janeiro, fundamentava-se no ideal de progresso, entendido como desenvolvimento material, com dois grandes objetivos: a modernização do porto carioca para ampliar a capacidade importadora e criar uma imagem de cidade civilizada, capaz de atrair imigrantes como mão de obra, então escassa, na cafeicultura paulista (AZEVEDO, 2015). Este ideal se coaduna com o entendimento - resultante da internacionalização da economia nas últimas décadas do século XIX - de que a cidade é um produto (CHIAVARI, 1985).

Ao mesmo tempo, sob a liderança de Pereira Passos, o Rio de Janeiro passou por uma reestruturação urbana baseada na expansão e reorganização do sistema viário. Essa visão municipal, fundamentada em um ideal organicista⁷, percebia a cidade como um corpo em que todas as suas partes deveriam estar integradas para garantir o funcionamento harmônico do espaço urbano. Tal intervenção visava não apenas a infraestrutura física, mas também a transformação dos hábitos da população, buscando impor um modelo de civilidade inspirado nos valores europeus, burgueses e higienizante. O sistema viário implantado conectava toda a área central da cidade, aos subúrbios da zona norte, criando estradas entre os bairros. Foram também projetadas vias ligando os bairros da Tijuca a Jacarepaguá e à Barra da Tijuca, assim Gávea à Barra da Tijuca, dentre outras (AZEVEDO, 2015).

Depreende-se, a partir deste processo, a centralidade que a floresta assume per se para a funcionalidade da cidade, seja na proteção dos rios como o Maracanã e o Carioca, seja no bem-estar climático e subsequente melhoria na saúde pública, assim como na integração de diferentes partes da cidade, por meio do sistema viário modernizado. A floresta plantada no século XIX, se consolidou no século XX, e foi incorporada à política de valorização dos espaços públicos e de promoção da integração da natureza à cidade.

Naquele período, portanto, as grandes transformações urbanísticas e viárias que ocorreram, especialmente no que concerne à conexão entre as zonas oeste, sul e norte, e a área central, possibilitaram uma maior mobilidade espacial, reiterando a influência e o papel que o maciço desempenhou, e ainda desempenha, no metabolismo da cidade (ABREU, 2013; ABREU, 2014).

CONCLUSÃO

O Maciço da Tijuca, mais do que um marco geográfico, que abriga destacada beleza cênica de sua geomorfologia e valiosa biodiversidade, se configura como um vetor histórico da transformação da paisagem da cidade do Rio de Janeiro. Ao se metamorfosear continuamente, ora se estabelece como limite, cuja geomorfologia e estrutura florestal impõem restrições ao seu uso, ora se manifesta como fronteira, ao potencializar o metabolismo urbano, além de suprir, com seus recursos naturais, as demandas da cidade.

No decorrer dos anos, esse maciço e suas florestas passaram também por uma ressignificação, ao simbolizar para os habitantes do Brasil um ícone glamoroso, como bem expressa a designação de "Éden Fluminense" que lhe foi aferida na segunda parte do século XIX, sob a qual o rico tesouro nacional, domesticado e acessível, era vangloriado e, mais ainda, expressava a autenticidade de sua natureza e enaltecia a singular nação brasileira.

Essa ressignificação ecoa até os dias atuais, sendo reconhecido mundialmente como patrimônio cultural. Tal reconhecimento reflete não apenas o impacto das diversas intervenções antrópicas realizadas no Maciço da Tijuca, sejam elas prejudiciais ou não à sua vegetação original, ao longo do tempo, mas também à influência das morfologias e dinâmicas naturais, socialmente incorporadas à identidade carioca. O fascínio que essa paisagem exerce nos visitantes e turistas transcende a noção de

pertencimento, fazendo emergir uma valorização do sentido de lugar tão profunda que desperta afeto e subsequente identificação com a cultura local.

O plantio da Floresta da Tijuca e das demais florestas nacionais, no século XIX, impulsionado pela escassez hídrica e por uma nova percepção sobre a natureza, desvela também um processo de adaptação da cidade às limitações e potencialidades de seu ambiente biofísico. Ainda que o modelo de reflorestamento adotado para a Tijuca seja um sucesso, no que tange ao recobrimento por vegetação arbórea e à recuperação, pelo menos no século XIX, da captação dos recursos hídricos, contudo, sua biodiversidade ainda hoje não foi ainda adequadamente recuperada. São necessárias ações dedicadas ao enriquecimento de elementos da flora e à reintrodução de elementos da fauna, de modo a resgatar a sinergia da floresta, evitando que ela se configure como uma floresta vazia, aumentando sua diversidade genética e assegurando sua permanência por muitos mais séculos.

Ao longo das décadas, a expansão urbana do Rio de Janeiro implicou em profundas transformações na paisagem, incluindo a drenagem de brejos, o desmonte de morros, a canalização e retificação de rios, a abertura de túneis e o aterramento de extensas áreas, configurando sucessivas metamorfoses do espaço urbano. A esses processos somaram-se intervenções associadas à criação de infraestruturas humanas – como corredores viários e novos meios de transporte –, além de outros fatores, como a busca por rentabilidade financeira, expressa na valorização do solo e na segregação socioespacial, bem como às dinâmicas sociais que influenciaram o traçado geral da cidade.

O metabolismo aqui refletido se insere em uma discussão pluriversa sobre qual modelo de cidade se deseja, especialmente quando submetidos aos inúmeros desafios contemporâneos, que incluem o avanço da emergência climática, a necessidade de mitigação de riscos ambientais e a criação de cidades socioambientalmente mais justas. Ao discutir sobre o papel do Maciço da Tijuca, e indissociavelmente de suas florestas, na dinâmica e no metabolismo de uma cidade em constantes mutações, tais reflexões podem auxiliar no entendimento sobre como as ações são moldadas por estruturas de poder, bem como de que maneira as relações socioambientais se entrelaçam na história ambiental urbana de uma cidade como o Rio de Janeiro.

AGRADECIMENTOS

Os autores agradecem ao Prof. João Rua e a Dra. Begonha Bediaga pelos apontamentos, discussões e sugestões ao artigo. Agradecem, também, ao Prof. Rafael Nunes pelo auxílio com o mapa. O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (Capes) – Código de Financiamento 001, concedido ao primeiro autor.

DISPONIBILIDADE DE DADOS

Não aplicável

NOTAS

1 - “(...) prosseguimos juntos para subir o [Corcovado]. – O caminho para as primeiras milhas é o Aqueduto; a água sobe na base da colina e é conduzida ao longo de uma crista inclinada até a cidade. – Em cada esquina, vistas alternativas e mais bonitas nos foram apresentadas. – Por fim, começamos a subir as encostas íngremes, que são universalmente até o cume cobertas por uma floresta densa. – Os cursos de água eram ornamentados pela mais elegante de todas as formas vegetais, a samambaia, vivacidade da leveza verde da folhagem, e na bela curva da cabeça, eram mais classicamente admiráveis. – Logo chegamos ao pico e contemplamos aquela vista, que talvez, exceto aquelas na Europa, é a mais celebrada do mundo. – Se classificarmos o cenário de acordo com o espanto que ele produz, este certamente ocupa o lugar mais alto, mas se, como é mais verdadeiro, de acordo com o efeito pitoresco, ele fica muito aquém de muitos na cabeça vizinha. – Todo mundo observou que uma paisagem vista de uma eminência perde muito de sua beleza, e embora aqui os dois elementos estejam amplamente presentes, que talvez sejam menos prejudiciais por esta causa, a saber, uma extensão de

terra florestal e de mar aberto, ainda assim a observação se mantém. – O [Corcovado] tem cerca de 2.000 pés de altura, um lado dele por quase 1.000 é tão íngreme que poderia ser sondado com chumbo. – Ao pé há uma grande floresta; nada me agradou tanto quanto a bela aparência que isso apresentava quando visto tão quase verticalmente (...)” (DARWIN, 1832 apud KEYNES, 1988).

2 - Campo Grande, Candelária, Engenho Velho, Governador (Ilhas), Guaratiba, Inhaúma, Irajá, Jacarepaguá, Santa Rita, São José e Sé (Rosário) – sendo que a Freguesia de Santa Cruz foi incorporada às terras do Município da Corte apenas a partir de 1833.

3 - Para uma profícua discussão sobre fronteiras físicas, imaginárias, políticas, limites, dentre outros, verificar Lima (2023).

4 - As buscas foram realizadas utilizando a Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. No Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial foram contabilizados os proprietários que tinham a designação “Tijuca” após os seus nomes na Freguesia de Jacarepaguá.

5 - Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro [Almanak Laemmert]. Rio de Janeiro: [s.n.], 1844-1899. Disponível em: . Acesso em: 2016-2021.

6 - Reconhecido atualmente como Praça da República – Campo de Santana.

7 - Nesse contexto, o conceito de organicismo se refere à ideia de que a cidade pode ser compreendida de maneira similar a um organismo biológico, isto é, considerada como um conjunto interdependente, onde as partes trabalham integradamente para manter seu funcionamento e equilíbrio, num processo contínuo de adaptação e evolução. Tal conceito pode ser articulado ao de metabolismo social, visto que tratam as cidades e suas infraestruturas como um sistema dinâmico e interdependente, onde as trocas e fluxos de recursos – água, alimentos, madeira, lenha, pessoas, dentre outros – são fundamentais ao seu funcionamento (SWYNGEDOUW, 2001).

REFERÊNCIAS

ABREU, M. A. A cidade, a montanha e a floresta. In: FRIDMAN, F.; HAESBAERT, R. (Orgs.) Escritos sobre espaço e história. Rio de Janeiro: Garamond, 2014, p. 299-357.

ABREU, M. A. Evolução urbana do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos, 2013.

ALMANAK ADMINISTRATIVO, MERCANTIL E INDUSTRIAL DO RIO DE JANEIRO [Almanak Laemmert]. Rio de Janeiro: [s.n.], 1844-1899. Disponível em: . Acesso em: 2016-2021.

AZEVEDO, A. N. A reforma de Pereira Passos: uma tentativa de integração conservadora. Tempos Históricos v. 19, n. 2, p. 151-183, 2015.

BEDIAGA, B. Discreto personagem do império brasileiro: Luís Pedreira do Couto Ferraz, visconde do Bom Retiro (1818-1886). Topoi, v. 18, n. 35, p. 381-405, 2017.

BERNARDES, L. M. C. Evolução da paisagem urbana do Rio de Janeiro até o início do século XX. In: ABREU, M. A. (Org.) Natureza e Sociedade no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, 1992, p. 37-53.

BERNARDES, L. M. C.; SOARES, M. T S. Rio de Janeiro: Cidade e Região. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura – Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, 1990.

BIBLIOTECA NACIONAL. Fundo Administração da Floresta da Tijuca (TA) – Inventário dos Documentos Textuais. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 2012.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas. Relatórios ministeriais. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1860-1900.

BRASIL. Ministério do Império. Relatórios ministeriais. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1832-1888.

BRITO, M. R. Práticas botânicas e experiências estéticas: as múltiplas faces de Auguste François Marie

Glaziou no Brasil do século XIX. Tese, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2015.

CABRAL, D. C. Águas passadas: sociedade e natureza no Rio de Janeiro oitocentista. RA'E GA – o espaço geográfico em análise, v. 23, p.159-190, 2011.

CAPILÉ, B. Apagando a natureza: o desaparecimento dos ecossistemas alagados nos mapas urbanos do Rio de Janeiro. Terra Brasilis, v. 11, p. 1-27, 2019.

CAPILÉ, B. Da lama ao Bairro, do Bairro à Lama: A Transformação da Socionatureza Urbana do Manguezal de São Diogo, Rio de Janeiro (1840-1870). Fronteiras: Journal of Social, Technological and Environment Science, v. 7, n 3, p. 21-42, 2018.

CAVALCANTI, N. O. O Rio de Janeiro setecentista: a vida e a construção da cidade da invasão francesa até a chegada da Corte. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

CHIAVARI, M. P. As transformações urbanas do século XIX. In: DEL BRENNNA, G. R. O Rio de Janeiro de Pereira Passos: uma cidade em questão II. Rio de Janeiro: Index, 1985, p. 569-591.

CORRÊA, A. M. O Sertão Carioca. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1936.

DRUMMOND, J. A. O Jardim Dentro da Máquina: breve história ambiental da Floresta da Tijuca. Estudos Históricos, v. 1, n. 2, p. 276-298, 1988.

DUARTE, L. F. D. La nature nationale: entre l'universalisme scientifique et la particularité symbolique des nations. Civilisations, v. 52, n 2, p. 21-44, 2005.

FERREZ, G. Pioneiros da cultura do café na era da Independência. Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1972.

FRIDMAN, F. Donos do Rio em Nome do Rei: uma história fundiária da cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Garamond, 1999.

HEYNEMANN, C. B. Floresta da Tijuca: natureza e civilização no Rio de Janeiro – século XIX. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1995.

KEYNES, R. D. Charles Darwin's Beagle diary. Cambridge: Cambridge University Press, 1988.

LIMA, J. D. As fronteiras internas do Brasil. Espaço em Revista, v. 25, n. 2, p. 187-209, 2023.

MARENGA, R. C.; SILVA, L. F. C. F. A influência das fortificações militares na expansão urbana da cidade do Rio de Janeiro sob a ótica da cartografia histórica. Revista Brasileira de Cartografia, v. 67, n 4, p. 851-866, 2015.

MATTOS, I. R. Construtores e herdeiros: a trama dos interesses na construção da unidade política. Almanack Braziliense, n 1, p. 8-26, 2005.

MORAES, A. C. R. O Sertão: um “outro” geográfico. Terra Brasilis v. 4, n 5, p. 1-9, 2003.

NORONHA SANTOS, F. A. As freguesias do Rio Antigo. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1965.

PEIXOTO, A. L.; FILGUEIRAS, T. S. Maria Graham: anotações sobre a flora do Brasil. Acta Botanica Brasilica v. 22, n 4, p. 992-998. 2008.

PERROTTA, I. Promenades do Rio: a turistificação da cidade pelos guias de viagem de 1873 a 1939. Rio de Janeiro: Hybris Design, 2015.

RUA, J.; AGUEDA, B. C.; SIMONI, J. C. Urbanidade, Urbanidades no Rural e Multidimensionalidade do Espaço: Tecendo algumas Reflexões sobre as Relações Urbano-Rurais. Espaço Aberto, v. 11, n. 1, p. 153-170, 2021.

SALES, G. P. S. A história contada a partir das árvores: um ensaio sobre o plantio da Floresta da Tijuca, no Rio de Janeiro, na segunda metade do século XIX. Tese, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

SALES, G. P. S.; BRITO, M. R.; GUEDES-BRUNI, R. R. “Éden Fluminense”: de área de reflorestamento no maciço da Tijuca a espaço público europeizado do Rio de Janeiro na segunda metade do século XIX. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, v. 31, p. 1-17, 2024.

SALES, G. P. S.; GUEDES-BRUNI, R. R. Novas Fontes de Dados Biológicos que Apoiam a História Ambiental de uma Floresta Tropical do Sudeste do Brasil. *HALAC – História Ambiental Latinoamericana e Caribenha*, v. 13, n. 2, p. 281–308, 2023.

SALES, G. P. S.; GUEDES-BRUNI, R. R. O Plantio das Primeiras Florestas Nacionais no Brasil: Política Florestal e o Surgimento da Silvicultura Tropical no Século XIX. *Arcadia*, n. 16, p. 1-8, 2024.

SANTOS, K. S.; CARVALHO, R. C.; SARDELLA, A. B.; GRAÇA, A. J. S.; MENEZES, P. M. L. Evolução da paisagem da cidade do Rio de Janeiro, uma visão cartográfica: aspectos socioespaciais das freguesias a partir do século XX. In: V Simpósio Luso-Brasileiro de Cartografia Histórica, 2013.

SANTOS, L. S. Os subúrbios do Rio de Janeiro no início do século XX. *Mneme – Revista de Humanidades*, v. 12, n 30, p. 257-280, 2011.

SANTOS, M. O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. São Paulo: EdUSP, 2004.

SEDREZ, L. F. The Bay of all beauties”: state environment in Guanabara Bay, Rio de Janeiro, Brazil, 1875-1975. Tese, Stanford University, 2004.

SWYNGEDOUW, E. A cidade como um híbrido: natureza, sociedade e “urbanização-cyborg. In: ACSELRAD, H. A duração das cidades: sustentabilidade e risco nas políticas urbanas. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2001.

TOLEDO, V. M.; MOLINA, M. G. El metabolismo social: las relaciones entre la sociedad y la naturaleza. In: PEÑA, F. G.; MOLINA, M. G.; MORENO, J. L. S.; RUIZ, J. L. S. (Orgs.) El paradigma ecológico en las ciencias sociales. Granada: Editorial Universidad de Granada, 2007. p. 85-112.

WILLIAMS, R. O campo e a cidade: na história e na literatura. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

Afiliação dos Autores

Sales, G.P.S. - Professor da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro (RJ), Brasil

Guedes-Bruni, R.R. - Professor da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro (RJ), Brasil

Contribuição dos Autores

Sales, G.P.S. - O autor contribuiu para a elaboração, realização e manipulação dos dados e para a redação do texto.

Guedes-Bruni, R.R. - O autor contribuiu para a elaboração, realização e manipulação dos dados e para a redação do texto.

Editores Responsáveis

Alexandra Maria Oliveira

Alexandre Queiroz Pereira

Eduardo Von Dentz